PLANTAS E MAPAS (O ESPAÇO DESENHADO): COLONIZAÇÃO DA FRONTEIRA NORTE DO IMPÉRIO BRASILEIRO ATRAVÉS DO PROJETO DE FUNDAÇÃO DA COLÔNIA MILITAR PEDRO SEGUNDO

Rafael Amaro da Silva[1]

Resumo: Esse artigo visa abordar como o discurso oficial, apresentado pelos jornais e relatórios, e plantas da construção (projeto urbano) que influenciava e retratava o cotidiano na colônia militar Pedro Segundo, considerando a importância de demarcar, vigiar e proteger a fronteira franco-brasileira, no Segundo Reinado, período esse em que a região se tornou delicada devido o pós-Cabanagem e que a região tornou-se contestada tanto pelo Brasil, quanto pela França. Entendendo como o discurso de civilização influenciava a construção do espaço.

Palavras-chaves: Fronteira; Espaço; Amazônia; Cotidiano.

PLANTS AND MAPS (THE SPACE DRAWN): COLONIZATION OF THE NORTHERN BORDER OF THE BRAZILIAN EMPIRE THROUGH THE PROJECT OF FOUNDATION OF THE MILITARY COLONY PEDRO SEGUNDO

Abstract: This paper aims to address how the official discourse presented by newspapers and reports and construction plans (urban design) that influenced and portrayed daily life in the Pedro Segundo military colony, considering the importance of demarcating, monitoring and protecting the Franco-Brazilian border, in the Second Reign, a period in which the region became delicate due to the post-Cabanagem and that the region became contested by both Brazil and France. Understanding how the discourse of civilization influenced the construction of space.

Keywords: Border; Space; Amazon; Everyday.

PLANTAS Y MAPAS (EL ESPACIO DIBUJADO): COLONIZACIÓN DE LA FRONTERA NORTE DEL IMPERIO BRASILEÑO A TRAVÉS DEL PROYECTO DE FUNDACIÓN DE LA COLONIA MILITAR PEDRO SEGUNDO

Resumen: En este artículo se pretende abordar cómo el discurso oficial, presentado por los periódicos e informes, y plantas de la construcción (proyecto urbano) que influenciaba y retrataba lo cotidiano en la colonia militar Pedro Segundo, considerando la importancia de demarcar, vigilar y proteger la frontera franco- en el Segundo Reinado, período en que la región se tornó delicada debido al post-Cabanaje y que la región se volvió impugnada tanto por Brasil, como por Francia. Entendiendo cómo el discurso de civilización influía en la construcción del espacio.

Palabras clave: Frontera; Espacio; Amazonia; Cotidiano.

[1] Mestre em História pela UFPA. Professor da Rede Estadual de Ensino (SEDUC-PA) e da Faculdade Estácio Castanhal. E-mail: rafaelamaros@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

> O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si.
>
> Claude Raffestin

O espaço conquistado é uma representação de posse de determinado espaço. Contudo, sua conquista depende de uma série de fatores, pois elas devem representar não somente a quem toma posse, mas também aos demais grupos que aquele espaço pertence a alguém. Harley (2005) afirma que a cartografia é uma forma de afirmar, controlar e potencializar o conhecimento e o uso/posse do espaço. Dessa forma, os mapas definem os limites e fronteiras[2] do espaço conquistado, assim como a colônia militar Pedro II concretiza em forma de paisagem (HISSA, 2002).

Ao ler a descrição do dia 30 de maio de 1840, publicada pelo jornal *Treze de Maio*, que tratava da chegada dos primeiros colonos, liderados pelo Capitão Imperial do Corpo de Engenheiros, André Freire de Andrada Parreiras, a qual descrevia os detalhes do primeiro dia da colônia militar Pedro II, é possível visualizar uma série de elementos simbólicos inseridos na paisagem e nas ações daquele dia, com implantação do plano do governo de colonizar o Cabo Norte pelo rio Araguari.

> Dia 29 de abril – suspendemos às 5 horas da manhã e seguimos andando ate às 6 horas, que chegamos ao lugar em que assentei a 1 barraca para servir de quartel provisório as praças e asilo às munições das mesmas. Este lugar fica distante da foz do rio Araguari aproximadamente 36 léguas e 550 braças, fica sobre a margem direita do rio Araguari, a superfície do terreno fica a uma altura de 20 a 30 palmos do nível das águas do rio, o terreno é enxuto e de muita boa qualidade para a plantação, tem muito mato da altura de 50 a 60 palmos, barro, saibro e terra preta, tem também alguma pedra solta à superfície da terra, a natureza de madeira que contem é a seguinte: macacaúba, itaúba, sapucaira, acarequara, tanhuba, pau mulato e algum angelim, o terreno forma diferentes lombadas de pequena altura que se estendem a uma grande distância central na direção O.N.O, a ribanceira do rio segue aqui em direção S.E, 4 ½ S. depois de fazer o reconhecimento acima mandei desembarcar toda a gente, derrubar e limpar o lugar para o Posto, e rancho ou quartel provisório, que devem receber os praças e bagagens e quando foram 4 horas da tarde levantou-se a cumeeira do quartel provisório, içou-se o pavilhão brasileiro, deram-se doze tiros, e ressoaram as cavidades destes vales, os vivas a S.M. o Senhor D. Pedro II e a sua Augusta

[2] Para Cássio Hissa as definições entre fronteira e limite são muito próximas, já que ambas representam uma linha abstrata irreal, porém o limite nos oferece uma visão interna desta linha enquanto que a fronteira no fornece uma visão externa desta mesma linha.

> Família, ao Exmo. Regente em nome do Imperador, ao Exmo, Presidente da Província, o Senhor Doutor João Antonio de Miranda, e a Colônia Militar Pedro 2ª, aos quais foram dados a todos que se achavam presentes com o maior entusiasmo possível. Às 6 horas da tarde deu-se outro tiro, arriou-se o pavilhão e recolheu-se a bordo da Guleta, deixando o rancho já em parte encaibrado[3].

A conquista do território é fundamental em toda forma de colonização, mas não somente pela área povoada, já que estar na terra não a faz sua, é necessário marcá-la como sua. Observando o relato acima é possível perceber sua localização com referência a foz do rio Araguari indicando o local como a fronteira a se manter, devido a questão de indefinição territorial entre França e Brasil. As descrições do local e suas projeções em relação a distância do rio e a diversidade do solo e suas disponibilidades mostram que a escolha do local levou em conta as potencialidades a serem exploradas.

Observando o relato do primeiro dia da colônia é possível perceber que não foi uma escolha aleatória do espaço conquistado, mas uma seleção pelo seu solo (no caso pela sua diversidade que permitia maior variedade de culturas agrícolas) e pela matéria prima encontrada (no caso diversidade de madeiras para se erguer a colônia, logo, a descrição de madeiras como o angelim).

Desta forma, escolhido o local da fundação e iniciadas as primeiras preparações de povoamento da colônia iniciam os rituais descritos. Tem início a posse simbólica da fronteira, pois quando o comandante mandou limpar a área e depois se organizaram as formalidades de conquista fazendo içar "o pavilhão brasileiro", dando-se "doze tiros", que "resoaram as cavidades destes vales, os vivas a S.M. o Senhor D. Pedro II, e a sua Augusta Família, ao Exmo. Regente em nome do Imperador, ao Exmo, Presidente da Província, o Senhor Doutor João Antonio de Miranda, e a Colônia Militar Pedro 2ª", estabeleceu-se que ali estava representando o império brasileiro.

A posse do território era necessária, principalmente pela disputa territorial franco-brasileira na região entre os rios Araguari e Oiapoque. Logo, era necessário ser registrado por meios oficiais tais domínios como forma de delimitar seus limites. Por esse aspecto, tanto na França como no Brasil, tentaram conquistar o espaço por diversos aspectos como postos militares, missões religiosas e colônias agrícolas civis como já foi discutido. Dessa forma, se faz necessário registrar através de mapas e plantas essa demarcação espacial.

[3] *Treze de Maio*. Belém, 30 de maio de 1840, p. 22.

Desde o período colonial as cartas cartográficas estipulam os limites fronteiriços entre as nações e informam o que se encontra em cada área, de aspectos naturais como rios, lagos, ilhas, montanhas, até intervenções humanas como cidades, vilas e colônias, que são essenciais para definir o que pertence (ou garante) a nação, estabelecendo diversos significados e simbologias, ou seja, é necessário construir o espaço existente.

Neste capítulo analisarei o espaço físico da colônia Pedro II, tendo como base documentos escritos e imagéticos, feitos para visualizar o avanço e os problemas que a colônia militar possuía entre os dias 31 de dezembro de 1854 e 1º de janeiro de 1855, sob a óptica do diretor da colônia, Tenente Joaquim Bezerra D'Albuquerque. Deve-se perceber que dentro da construção espacial da colônia representada nas imagens é possível definir questões do cotidiano partindo do espaço construído, pois não se pode esquecer que o espaço está intimamente ligado a sua construção em seu tempo.

CASAS, JARDINS E CIVILIDADE

Ao longo do ano de 1840 os colonos construíram as residências que fariam parte da colônia por muitos anos, seguindo as instruções de como deveria ser a organização espacial. Sobre esta questão é muito comum encontrarmos documentações de diversos períodos sobre a colônia que abordam os habitantes realizando as suas plantações, colheitas e construções de casas (BASTOS, 2004). Alguns meses após a chegada dos primeiros colonos já havia relatos do desenvolvimento da colônia militar Pedro II, descrevendo suas construções, o espaço descampado e a produção agrícola desenvolvida.

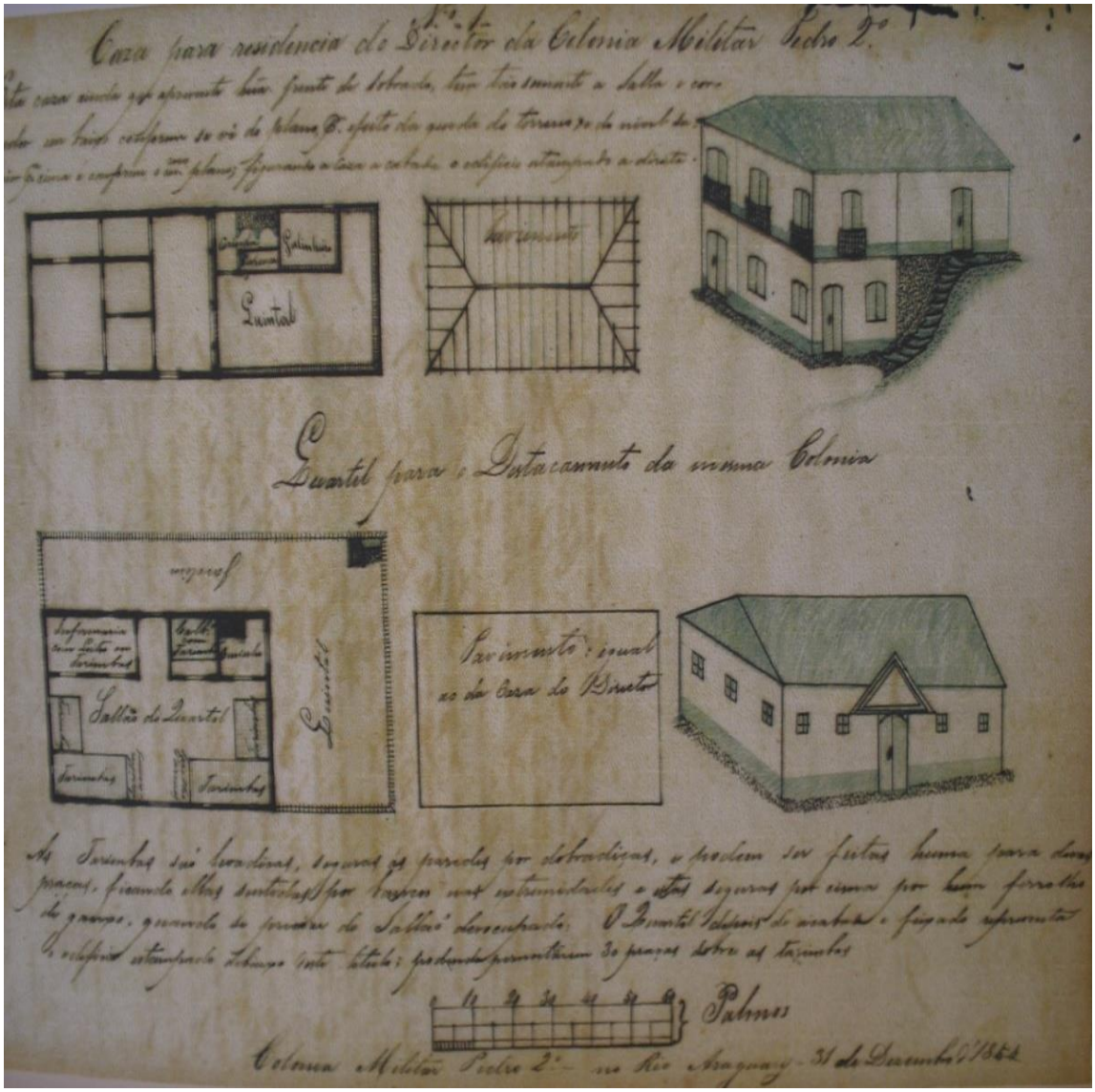
> A colônia até hoje se acha sem novidade, seus habitantes, todos bons, partes deles já com suas roças roçadas, já se constam 13 casas levantadas com alinhamento, formando as frentes uma para a outra [...] a colônia já é uma frente bonita pelas casas que tem, e pela limpeza em que se acha, o roçado que se acha em circulação da colônia já esta queimado, limpo e quase acabado de plantar maniva.[4]

Ao ler o relatório acima é possível perceber um potencial para a colônia militar que se desenvolveria em muito pouco tempo. Já possuía 13 casas e algumas "roças roçadas", porém, em aproximadamente 15 anos o crescimento estagnou e seus habitantes, segundo os diretores da colônia, desviaram seu comportamento tornando o ócio predominante.

[4] APEP, FSPP, OCM, caixa 56, documento 79, 29/09/1840.

Para perceber essa construção do espaço cotidiano, inserida dentro deste espaço-tempo observado de um olhar histórico, a figura 2 que trata da planta baixa da casa do diretor da colônia e o quartel é bom exemplo para se perceber as lógicas hierárquicas da colônia militar Pedro II:

Figura 1. Planta baixa da casa do diretor da colônia e o quartel



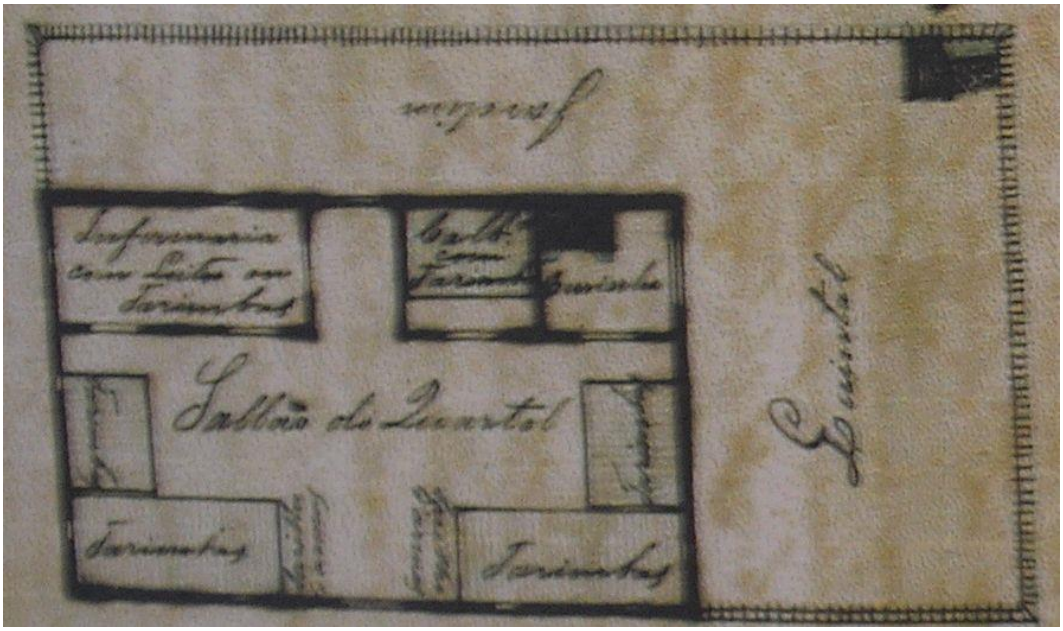
Fonte: APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (31/12/1854), nº 1 p. 39

No documento acima são mostradas a casa de residência do diretor da colônia militar Pedro II na parte superior e o quartel do destacamento na parte inferior, apresentando algumas expressões da arquitetura da época presentes na fachada dos prédios, como o detalhe de

formato triangular acima da porta do quartel e as janelas com sacadas da casa do diretor da colônia. São descritos em ambos com quintal em um pavimento de 60 palmos nas construções, referência essa localizada na parte inferior do documento que serve de referência para a dimensão das construções, a casa do diretor possui ainda um galinheiro, uma cozinha e uma dispensa, próximo do quintal, não se descrevendo nada além disso enquanto que o quartel nos mostra uma enfermaria, um salão principal, uma cozinha e uma dispensa, além de caracterizar os leitos dos soldados como tarimbas (estrado alto de madeira onde dormiam os soldados nos quartéis e postos da guarda)[5].

Sendo assim delimitados todos os compartilhamentos da construção, partindo desta perspectiva é possível distinguir uma construção voltada para a vida privada e outro para a vida pública. O que chama a atenção é que em ambas as representações somente o quartel apresenta detalhes de seu interior, conforme se vê abaixo:

Figura 2. Representação do quartel com jardim



Fonte: APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (31/12/1854), nº 1 (recorte do autor), p. 40.

Ao lado da edificação existe um jardim (parte superior da figura 3), algo a ser pensado como referente à mentalidade do homem moderno, como Keith Thomas aborda em sua obra *"O homem e mundo natural*" no qual o cultivo dos jardins vem de uma ligação do

[5] Capturado dia 12/07/2011. Disponível em: http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=tarimbas

homem com a natureza, neste caso o "controle" desta natureza (THOMAS, 1996). Assim, é possível perceber a necessidade dos jardins como uma marca civilizadora na fronteira. A simbologia do jardim em um local inóspito possui a preocupação em cultivar uma produção agrícola e pecuária para a manutenção da colônia e seu entorno, apresenta uma marca civilizadora na transformação da natureza no espaço selvagem. Desta forma, o espaço construído nasce de uma proposta de se opor a *barbárie* e a colônia militar Pedro II era um símbolo da conquista brasileira da fronteira norte do Grão-Pará, ou seja, a marca delimitadora da nação nos limites da civilização.

Em um universo tão propício ao cultivo de diversas espécies vegetais, a descrição de um jardim nos apresenta referência à estabilidade produtiva, já que permite manter flores ou plantas ornamentais em uma região que prioriza a produção de alimentos. Neste caso, as operações de "significações" estão na delimitação de civilizado e selvagem, o cultivo de um jardim tem como simbologia a civilização, sendo o estabelecimento de poder do Brasil sobre os homens que vivem na fronteira, como índios, quilombolas, desertores e todos aqueles que não "respondiam" a ordem nacional. Desta forma, as simbologias de poder não respondem somente entre as nações na fronteira, mas em todos os membros da sociedade do lugar, incluindo as representações acerca do espaço habitado.

Além do jardim a imagem apresenta o que existe na dispensa e próximo às tarimbas: farinha e arroz, alimentação típica da colônia, o que leva a perceber o que se cultivava na colônia e nas terras próximas ou o que deveria se produzir. A imagem descreve que a enfermaria também é composta de tarimbas, que propõe servir também de dormitório, dependendo da situação, apresenta uma improvisação do uso do espaço, como explicarei mais a frente.

Há descrição na parte inferior da imagem a qual descreve a funcionalidade das tarimbas que são levadiças e dobráveis, sendo possível comportar 30 praças. O que propõe um limite populacional a colônia um número de praças do exército definindo um planejamento urbano e militar, sendo um limite populacional flutuante, já que os praças deveriam ser colonos e fixar sua residência na colônia. Desta forma, o quartel era um dormitório para os militares em trânsito ou sem família e casa.

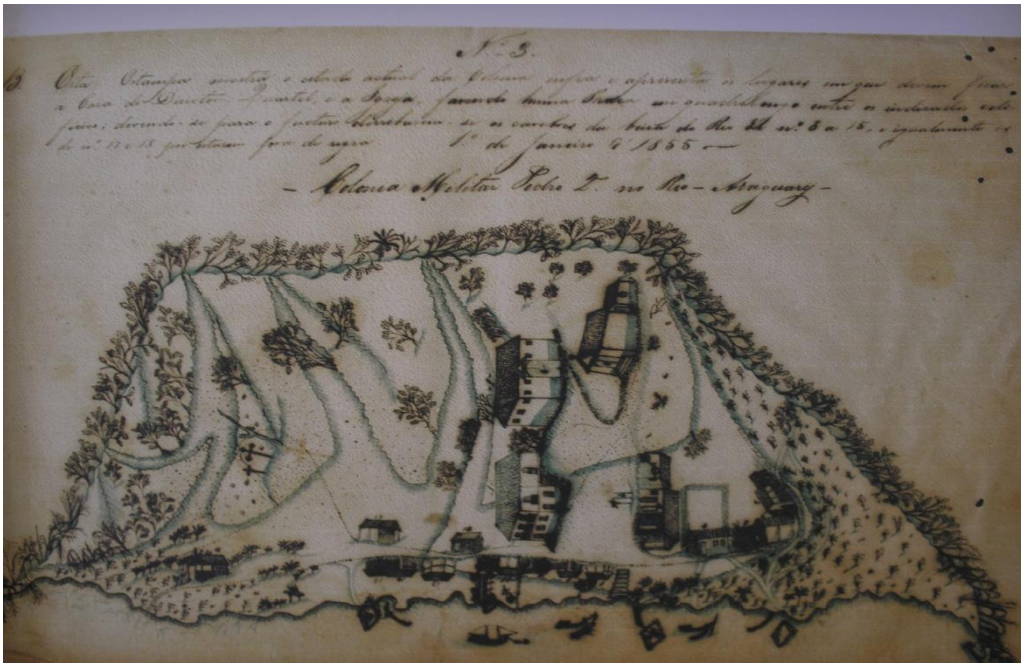
A casa do diretor da colônia não apresenta descrição nenhuma de como ele utiliza seis compartimentos da sua edificação, além do galinheiro, da cozinha e da dispensa que se encontram na parte externa do prédio, oferecendo a liberdade de organização do espaço íntimo do diretor e sua família, já que dentro da hierarquia da colônia o diretor era a mais alta

patente e posto. Essa diferenciação pode ser um controle de uma perspectiva de cima para baixo, ou por ficar a cargo de cada diretor organizar a casa como bem queira, já que ele morava sozinho ou com sua família. Enquanto que os soldados dividiam uma vida comum entre si e deveriam respeitar a ordem existente no quartel. Existem outras explicações que irei abordar mais a frente, mas neste ponto é importante perceber a simbologia existente nestas representações, para Albuquerque Junior:

> O espaço é visto como instância que nega o tempo, que subjaz à história, que resiste à mudança, notadamente naquelas versões da história que o vê a partir da chave da evolução, do progresso, do desenvolvimento orgânico, do avanço da consciência ou como resultado de um projeto de existência. As experiências espaciais, as relações espaciais, os fluxos e movimentos de espacialização, as implantações e deslocamentos no espaço não vêm fazer parte destas modalidades de narrativa historiográfica. O espaço, para os historiadores, tem sido pensado sob a chave do geográfico e o geográfico reduzido, em muitos casos, à dimensão física, à base empírica, aos condicionamentos naturais ou do meio, para usar um termo de largo uso nas ciências humanas, emergentes no século XIX (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008).

Partindo desta questão levantada por Albuquerque Junior o espaço é uma fonte a ser levada em consideração, já que o espaço e sua simbologia possuem grande importância na percepção do tempo histórico e suas transformações de mentalidade. Para uma organização maior desta observação percebe-se a figura 4, na qual é focada a organização do núcleo urbano da colônia Pedro II, no qual, é possível perceber "as experiências espaciais, as relações espaciais, os fluxos e movimentos de espacialização, as implantações e deslocamentos no espaço". Neste ponto é importante perceber a descrição e sua comparação com a imagem referida:

Figura 3. Organização do núcleo urbano da colônia Pedro II



Fonte: APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (01/01/1855) Nº 3 p. 43.

Na parte superior da imagem existe um texto, que possui uma descrição da colônia militar Pedro II, abaixo descrita:

> Esta estampa mostra o estado atual da Colônia infra e apresenta os lugares em que devem ficar a Casa do Diretor, Quartel e a Igreja forçando uma praça em quadrângulo entre os indicados do fixo; devendo-se para o futuro derrubar-se as casinhas da beira do rio de nº 8 a 15 e igualmente as de nº 17 e 18 por estarem fora de regra.[6]

É interessante ressaltar em tal texto o destaque a quatro locais: a casa do diretor, o quartel, a igreja e uma praça "em quadrângulo", que respectivamente ilustram a vida política, militar, religiosa e social que existia dentro das fronteiras internas da colônia. O que não significa que estejam separadas umas das outras, já que a vida humana é composta das diversas áreas a ela apresentada. Assim, o colono de Pedro II administra sua vida política, militar, religiosa e social, relacionando-as ou não em sua realidade espacial do cotidiano.

Outro fato importante da descrição é o plano de reurbanização da colônia, por existirem casas irregulares segundo o planejamento urbano da colônia Pedro II. Desde 1º de abril de 1854, o diretor da colônia, Tenente Joaquim Bezerra D'Albuquerque já informava que existiam algumas questões urbanas:

[6] APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855, 01/01/1855.

> [...] 1º formando esta colônia uma pequena rua e uma de suas faces com fundos para o rio, cujas casinhas amontoadas umas sobre outras, e algumas muito distantes e sem ordem, fora não só da determinação do artigo 3º do regulamento de 22 de dezembro de 1811, como do plano do capitão de engenharia Jorneis Manuel Cabral de Meneses, que para ali foi enviado, e mandado observar pelo Exº Senhor presidente Fausto Augusto de Aguiar; se devo ou não mandar derrubar ditas casinhas e levantar outras, quando não seguindo a determinação daquele artigo pela falta de terreno, ao menos conforme o referido plano, que media 7 braças de uma a outra dividi-las por uma cerca, chamando um outro colono que mora distante em uma roça que nada vale, para o novo alinhamento[7].

Na descrição acima o então diretor da colônia ressalta o crescimento desordenado do núcleo urbano, e demonstra grande preocupação em seguir o plano do capitão de engenharia Jorneis Manuel Cabral de Meneses, mesmo que tenha de destruir e reconstruir todas as casas que fazem parte do "amontoado de casinhas", tal medida mostra uma preocupação com a ordem militar na reorganização das ditas casas, que levariam a desagradar muitos colonos que perderiam sua residências pela organização espacial da colônia. Um ano antes do tenente D'Albuquerque, o antigo diretor, Luis Felix de Azevedo e Sá, descrevia a colônia da seguinte maneira:

> Há 14 anos que esta colônia foi fundada, só existem três casas na [ilegível] da colônia pertencentes a nação estas más, sendo não a pior de todas, pois estas desaplumadas, e já quase caindo, e depois disso serem cobertas de palha o que o tempo que se de cuidar em outros serviços cuida-se de palha para nova coberta, o que não aconteceria sendo de telha, e isto devido ao mau ponto das casas e o mau terreno em que se acham colocadas sendo uma pior a mais nova esticada pelo Reverendo Capelão depois da sua chegada (...), onde reside, mais rústicas choupanas, sendo 3 de praças destacamento, e 7 de paisanas moradores nesta [ilegível] estas mas, e em alinhamento destrangolado e nada mais[8].

Nos relatos dos diretores da colônia e na descrição da imagem é possível perceber um discurso, mesmo que com certa distinção entre os oficiais, já que o antigo diretor é visivelmente pessimista com qualquer ideia de melhora na colônia descrevendo como "desaplumadas, e já quase caindo", afirmando que em 14 anos de fundação as três casas da nação (quartel, residência do diretor e capela) estavam abandonadas devido ao suposto ócio dos colonos e pela pouca estrutura dada a colônia. No entanto, o Tenente Albuquerque

[7] APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (01/04/1854).
[8] APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (13/12/1853).

demonstra uma postura de continuidade, pois ao chegar para substituir Luis Felix de Azevedo e Sá, descrevia a colônia da seguinte maneira:

> A colônia militar Pedro II, digna sem dúvida da melhor sorte, consta de 13 casas cobertas de palha e 5 destas são tapadas de barro, sendo 3 cavadas que são as da nação; (...) do estado desta por serem as mais notáveis, manifestam a V.Ex. para a ordem seguinte:
> Capela: é uma casinha tendo a seu lado um quarto que serve de arrecadação e em seguida um outro quarto que serve de quartel cujo recinto não passa de uma meia braça quadrada no estado o mais deplorável.
> Casa do capelão: esta para o lugar em proporção a sua pessoa, faltando-lhe somente telha para ser uma boa casa, e é até assoalhada de taboas.
> Casa de residência do comandante e diretor: me informou o ex. diretor, que esta foi feita para quartel; e hoje nem para isso serve sem um grande concerto: o outro do lado direito está seguro por esteios supostos e precisa de grande conserto, e quanto as outras casas são casebres de palha arranjadas pela preguiça de quem ou por desleixo, ou pela pouca vontade de viver em um lugar destes as tem construído.[9]

Esta descrição foi feita ao assumir o posto de diretor da colônia. Ao descrever detalhadamente as edificações, o diretor expõe duas questões fundamentais neste trabalho, que é a improvisação dos espaços, a qual abordarei mais a frente e a hierarquização do discurso ao definir a que locais eram definidos cada grupo ou aqueles que representam prioridades de sua atenção, como os prédios que deveriam seguir as suas respectivas funções.

Porém, a destruição das casas era necessária por ser um discurso de uma elite (no caso o diretor da colônia) ou por preservar uma imagem militarizada? Muito provável que ambas as questões estejam interligadas já que a autoridade era o oficial diretor da colônia militar e para ele as casas foram construídas por pessoas com "preguiça" ou "desleixadas", sendo necessária a disciplina para tais classes e estabelecer cada grupo em seu lugar.

[9] APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (25/03/1854).

Figura 4. Casa do diretor e vizinhança.



Fonte: APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (01/01/1855) nº 3 (recorte do autor) p. 46.

Podemos observar a imagem acima e perceber a proximidade da residência do diretor a tais casinhas e notar certo incômodo do diretor Tenente de Albuquerque com sua vizinhança, já que as "casinhas amontoadas umas sobre outras" não deveriam agradar sua visão da janela em direção ao rio. Logo, devemos ressaltar que o projeto estabelecido para a colônia condiz com a vontade do dito Tenente, que se justifica no plano do capitão de engenharia Jorneis Manuel Cabral de Meneses. Segundo a análise de Caio Amorim Maciel:

> A paisagem considerada como entidade concreta foi objeto de uma ampla apreensão técnica, justaposta aos modos culturais de olhar os lugares e classificá-los numa hierarquia mundial. A objetividade deste monumental trabalho de conhecimento do mundo permaneceu, apesar de tudo, entremeada por pressupostos simbólicos do olhar fortemente calcados na cultura, incluindo as tradições científicas. (MACIEL, 2001)

Neste discurso existe também uma preocupação com a proposta civilizadora da região, pois a colônia militar Pedro II não é somente uma área de fronteira política (Brasil e Guiana Francesa), mas também uma região de fronteira de natureza inóspita. Em 14 de maio de 1875, o então diretor da colônia militar Pedro II, Capitão Antonio José dos Santos Bentes, relata "que esta colônia está colocada em um lugar esmo e isolado (...) está muito perto do

Amapá, aonde propriamente dito é o depósito de desertores, criminosos e pretos fugidos..."[10]. Para Maria Stella Bresciani:

> [...] a natureza foi concebida no passado como espaço não organizado, não protegido, espaço de fronteira, habitado por seres cuja natureza parecia incerta e ambígua, entre o humano e o animal e que, ao se estender para além do campo cultivado, chegava até a verdadeira natureza, selvagem, inimiga, inacessível, inviolada, frequentada pelas feras, pelos gênios do bem e do mal e por Deus (BRESCIANI, 2009).

Daí a importância da igreja na colônia, já que eram os representantes da civilização cristã, devendo ser um exemplo para os homens que habitavam a região: indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Uma das preocupações da implantação da colônia militar Pedro II no rio Araguari, além da vigilância e proteção, era a conquista civilizadora, daí a preocupação do cônego Estulano Alexandrino Gonçalves Baião, ao chegar à colônia em 1851 e se deparar com a capela. Ele relata:

> Sou [...] bastante sensível a falta do portal para Capela que não se pode arranjar nessa capital, mas para suprir, a minorar a despesa, que tem de fazer-se com um de seda, seria melhor mandar se fazer de madeira e aqui mesmo, para o que só se necessita de quatro libras de tinta, correspondente às quatro cores, encarnado, branca, verde, e roxa, ou preta[11].

O relato do cônego ao chegar à colônia nos apresenta questão fundamental no entendimento do cotidiano da fronteira, região inóspita: a dificuldade de se realizar qualquer serviço, já que a colônia Pedro II dependia da Presidência da Província do Pará. Pode-se perceber nas páginas do jornal *Treze de Maio* a movimentação de documentos expedidos pelo diretor da colônia solicitando ao presidente da província equipamentos, medicamentos e profissionais para cumprir determinadas tarefas, cujo atendimento, quando feito, demorava meses. Porém é possível perceber a preocupação em estabelecer os detalhes como as cores e os materiais utilizados na reforma que a dita capela necessitava sendo ponto importante do cotidiano dos colonos.

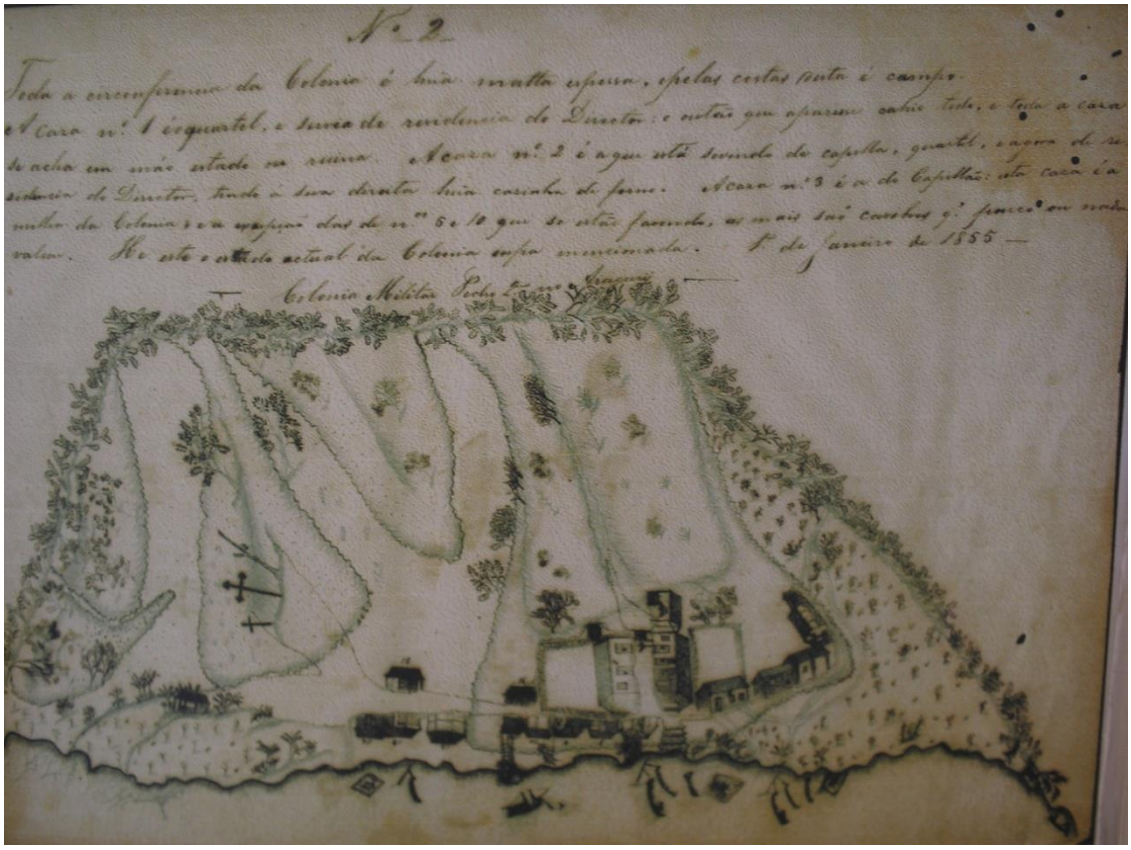
CONSTRUINDO E IMPROVISANDO

A burocratização acaba por levar a outra situação existente nessa área de fronteira: a improvisação, que é uma realidade típica da colônia Pedro II, já que como a colônia militar se

[10] APEP SPP. Caixa 347. Ano: 1875. (14/05/1875).
[11] APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (15/06/1851).

localizava em região erma e distante, improvisar era muitas vezes a única opção. Para isso vamos observar a figura 6, que nos apresenta a situação de forma bem clara sobre a precária situação da colônia.

Figura 5. Vista geral do espaço da colônia



Fonte: APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (01/01/1855), nº 2 p. 48.

O texto da legenda diz o seguinte:

> Toda a circunferência da colônia é uma mata espessa, pelas costas desta é campo, a casa nº 1 é o quartel, e serve de residência do diretor: a então aparece cair toda, e toda a casa se acha em mal estado ou ruína. A casa nº 2 esta servindo de capela, quartel, e agora de residência do diretor, tendo a sua direita uma cozinha de forno. A casa nº 3 é a do capelão, esta casa é a melhor da colônia, e a exceção das casas nº 5 e 10 que se estão (ilegível), as mais são casinhas que pouco ou nada valem. É este o estado atual da colônia infra mencionada.

Percebe-se uma adaptação dos espaços, como já observamos no uso do espaço do quartel e das demais descrições, que mostra um fato comum nas áreas de pouco a acesso e recursos. A descrição aponta a casa nº1 que serve de quartel, mas que inicialmente era a

residência do diretor da colônia, sendo relatada como uma casa em ruínas. Já a casa nº 2 serve de quartel, capela e residência do diretor, enquanto a casa nº 3 é a casa do capelão, que é apresentada como a melhor da colônia Pedro II. As casas de nº 5 a 10 estavam em reforma, enquanto as demais valiam pouco ou nada, segundo o diretor.

Essa descrição apresenta uma característica interessante que é a preocupação do diretor em avaliar as residências da colônia, o que aparentemente não possui importância. Porém, sugere uma valorização do espaço da área de fronteira, daí a preocupação em mostrar as casas em reformas e a derrubada das casas em forma desordenada, já que as casas existentes não possuíam nenhum valor, estando nas descrições quase em ruínas.

No relatório, é perceptível também a insatisfação da situação do diretor, ao relatar que sua residência serve de quartel e está em estado deplorável, tendo ele que morar em uma casa que é dividida em quartel, capela e residência do diretor, enquanto o capelão morava sozinho na melhor residência da colônia.

Provavelmente este fato contribuía para a tensão existente entre o diretor e o capelão da colônia militar Pedro II. Consta, sobre isso, no jornal *Treze de Maio*, de 8 de abril de 1854, a informação de que o capelão teria enviado ao presidente da província um ofício reclamando da relação que tinha com o diretor. Em resposta, o presidente da província afirmava que "viu com bastante pesar a desinteligência havida entre S. Mc. E o Diretor da mesma Colônia e que, portanto, se espera que S. Mc. Viverá de ora em diante na melhor harmonia com o mencionado diretor, cumprindo cada um pela sua parte com as suas obrigações e deveres".[12]

Certamente as desavenças entre as duas principais autoridades da colônia preocupavam a presidência da província, eis que poderiam comprometer a desejada harmonia social entre todos os habitantes da colônia.

Outro fator interessante da figura 6 é o cemitério, que é omitido nas descrições escritas, porém em ambas as imagens (nº 2 e 3) é representado como duas cruzes e uma planta, o que não corresponde à realidade, já que a taxa de óbitos na região era considerada grande. O cemitério atendia não somente aos moradores da colônia Pedro II, mas a todos os habitantes da região, já que a preocupação era com a povoação da fronteira, sendo uma "responsabilidade" do exército o atendimento a essas pessoas nas áreas fronteiriças, para assim saberem que estão em território brasileiro.

[12] *Treze de Maio*. Belém, 8 de abril de 1854, p. 2.

Figura 6. Representação do cemitério da colônia



APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (01/01/1855) Nº 2 (recorte do autor), p. 50.

Logo, as cruzes aparecem em forma simbólica, tendo uma representação de legenda cartográfica da imagem, sendo de importância informativa, já que o estado do cemitério não era preocupação do diretor da colônia, representada de forma apenas informativa, apresentando poucos detalhes. Porém, possui grande importância no cotidiano do lugar devido ao grande índice de óbitos decorrentes dos casos de várias "moléstias" sendo as principais: "Sesões; icterícia; algumas crutifações [sic.], a outras moléstias passageiras..."[13], além de casos de afogamentos, acidentes de trabalho, ataques de animais.

O cemitério se localiza em uma área afastada do centro urbano da colônia, porém se localiza próximo da área descampada, que deveria ser utilizada para o cultivo, mas que não apresenta nenhuma descrição de tal cultivo na proximidade da colônia Pedro II em sua representação imagética ou em suas observações acerca da mesma.

TERRAS FÉRTEIS E BRAÇOS "OCIOSOS"

A província do Pará sofria com diversos problemas em meados do século XIX, entre eles podemos citar o difícil acesso de alguns pontos de seu imenso território, o elevado índice de mortalidade e a falta de mão de obra disponível para realizar as atividades econômicas da região.

[13] APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. 16/03/1852.

Percebendo a grandiosidade do território a ser conquistado surge daí a preocupação em implantar algumas tentativas de diminuir a distância entre a Capital Belém e seu interior, implantando estradas e a navegação a vapor, sendo esta última restrita a algumas regiões como a navegação a vapor no rio Amazonas e seus afluentes, os rios Tocantins, Solimões, Negro, Madeira e Tapajós. Existia um projeto para poder diminuir a distância geográfica com o sul do Brasil por meio fluvial. Segundo Vítor Marcos Gregório a *Amazon Steam Navigation Company*, de Nova York, de propriedade da firma Le Roy, Bayard & Co. entregou em 1826 um navio da companhia:

> O objetivo dessa embarcação seria descarregar suas mercadorias no porto de Belém e seguir viagem rio acima, até os portos das demais nações confinantes. a navegação a vapor era defendida unanimemente como algo positivo para a região norte do País, desde que praticada sem interferência de capitais estrangeiros, entendidos como prejudiciais a interesses estratégicos brasileiros. Estes diziam respeito à manutenção da soberania brasileira sobre a Amazônia, território de grande potencial econômico, que, por isso mesmo, despertava a cobiça das principais potências da época (GREGÓRIO, 2009).

Apesar de se buscar meios para facilitar a navegação a vapor na entrada do território amazônico, o mesmo não se aplicou ao Cabo Norte, que não fazia parte do itinerário, pois não havia grande interesse econômico na região. Sendo assim, o transporte de pessoas e correspondências com Macapá era realizado por canoas.

Em 1840, no dia 3 de junho, o jornal *Treze de Maio* publicava a pretensão de se construir uma estrada que reduziria a apenas 6 dias a distância entre Macapá e a colônia militar Pedro II.[14] Porém, as estradas por sua vez sofriam a dificuldade natural de se localizar em floresta de vegetação fechada e densa, não que a tornasse impraticável, porém tal processo era lento demais, considerando os entraves geográficos da natureza amazônica, como a hidrografia, o clima úmido e a vegetação equatorial. Em seu levantamento, o cônego Estulano Alexandrino Gonçalves Baião, promovido a capelão, na sua chegada a Colônia Pedro II, em 1851 afirmou:

> Na minha passagem por Macapá tive a ocasião de me informar de algumas pessoas, como do senhor delegado de polícia, o Comandante Militar, entre outros, acerca do melhor modo de se abrir a estrada, como V. Exª. me recomenda em seu ofício de quatro do mês passado; a maior parte daqueles senhores passaram infinitos obstáculos, por não convir sem seus interesses comerciais. O Capitão João Pereira, porém, homem de boa fé, desinteressado e com muito conhecimento desses matos e que goza da estima de todos os

[14] *Treze de Maio*. Belém, 3 de junho de 1840, nº7 p. 27.

> macapaenses, diz não ser tão dificultoso, sendo principalmente do lugar denominado Prainha quase uma maré rio acima distante da colônia, por estarem os campos gerais muito próximos à margem, mas que por defronte da colônia também se pode abrir não sem grande custo. (...) Na colônia mesmo encontrei dois guardas conhecedores também do lugar, que me disseram poder-se abrir por defronte da colônia, mas que os igapós nas cabeceiras de rios pelo inverno a tornariam intransitável, por serem tecidos de tábuas e encheria tanto que um homem não poderá passar a nado: dizem, entretanto, que do lugar já mencionado é melhor, por ser terra firme (...).[15]

No documento acima é possível perceber a tentativa de integração do Cabo Norte por meios de transporte. Porém, a natureza apresentava sua grandiosidade, o que dificultou o projeto de acesso de transportes da colônia militar Pedro II. Na geografia da região, os rios e a paisagem de igapó dominavam o espaço e limitavam, de certa forma, a possibilidade de transformação do lugar em um espaço de terra firme e que pudesse integrar o acesso da colônia militar com outras regiões.

Outro aspecto relacionado aos colonos é sobre a questão levantada por Cruz (1958) que descreve a constituição de colônias de abastecimento, as quais tanto militares quanto civis, tinham como objetivo produzir alimentos para suprir as necessidades das cidades e vilas de maior população, como as de Belém e Macapá. Grande parte do abastecimento destas cidades era realizado pelas colônias do interior, fundadas pelas missões catequizadoras e, mais tarde, controladas pelo Estado, inspirando o Segundo Império a prosseguir com esta forma de abastecimento (RAVENA, 1998).

Para Rosa Acevedo Marin, percebe-se que o abastecimento da colônia militar Pedro II surge de um modelo de exploração que foi implantado no século XVIII, como por exemplo, a vila de Mazagão, que possuía entre seus colonos militares em regiões de fronteira, mais especificamente colonos transferidos do norte da África para o norte do Grão-Pará, que tinham como objetivo dar um destino a tais militares e assim buscava utilizar essa mão de obra para o abastecimento da vila de Macapá e a vigilância militar da região.

Referente a esta mão de obra o diretor da colônia Pedro II, Luiz Felix de Azevedo e Sá, em seis de março de 1854, em relatório para Sebastião do Rego Barros, então Presidente da Província, além de reforçar que o fracasso da colônia militar devia-se a "ociosidade" dos colonos, chegando a comer "verde" seus produtos devido a falta de produtividade, assim como a falta de recursos que explicava a falta de perspectiva tanto na agricultura como na indústria, reforçava sua ideia da existência de apenas um exemplo de colono. Manuel João

[15] APEP SPP Caixa159. Ano: 1851 – 1855. Doc. 1. 15/07/1851.

Maciel, apontado como único que se pode "classificar de agricultor", afirmando que o local possui potencial tanto na agricultura como na pecuária, tal discurso não é raro nos relatos sobre a colônia, sempre afirmando que o grande responsável do fracasso de produção era a falta de interesse dos colonos (ociosidade).

O discurso de ociosidade é muito utilizado como justificativa de não desenvolvimento da colônia militar Pedro II. Em 25 de março de 1854, o então diretor da colônia, o tenente comandante Joaquim Bezerra De Albuquerque, em relatório para o mesmo presidente da província sobre a prosperidade da colônia, pedia ao capelão Estulano Baião uma descrição da situação produtiva, sendo descrita assim:

> (...) a experiência feita por algumas pessoas prova evidentemente que a terra (...) excedem todas as esperanças, nada deixando a invejar das demais partes abundantes e férteis do Pará. Aqui a plantação de legumes não demanda tanto trabalho, para esse que a pródiga natureza espalhou com mais profusão os seus bens; vê-se que o labrador laborioso, plantado seu roçado nenhum trabalho mais lhe resta do que chegado a tempo da colheita desfrutá-lo com prazer e vantagem tudo quanto se mede. A mandioca neste lugar intimida por assim dizer (...); o arroz não lhe fica com inveja (...); a bananeira nos lugares desta província não tem competidores; o milho produz com muito vício, dando grandes e bem povoadas espigas, o que não acontece em outros lugares: o feijão com quanto se tenha muito pouco plantado, também é de muita vantagem, (...). Finalmente, a melancia e mais frutas da mesma família, o maxixe, tomate, a laranja, outras muitas qualidades dão em tanta quantidade que sem mais de passar-se por exagerado, se podem comparar aos antigos (ilegível) das terras vizinhas aos rios Nilo e Eufrates(...).[16]

Nas duas descrições sobre a produção da colônia militar Pedro II, pode-se perceber que as terras exploradas eram bastante férteis como Cruz defende; mas diferente do autor que atribui o fim das colônias militares às diversas moléstias que assolavam a região, os diretores atribuem o fato a "ociosidade" dos colonos, pois não faziam esforço algum para o progresso da colônia que habitavam e, logo, da nação que defendiam. O capelão Estulano Alexandrino Gonçalves Baião chega a comparar o rio Araguari com os rios Nilo e Eufrates, comparando a floresta, em certa perspectiva com o deserto mesopotâmio, considerando ambas as regiões como ermas e de difícil conquista, sendo o rio o meio de sobrevivência mais eficaz dos colonos, sendo o meio de transporte e de sustento, por isso a preocupação em comprovar a fertilidade da terra, afirmando que aqui tudo cresce e se desenvolve sem o menor esforço.

É interessante observar a linguagem utilizada pelo cônego, utilizando um discurso habilidoso, no qual cada palavra possui grande impacto como, por exemplo, a mandioca que

[16] APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 16. (25/03/1854).

"intimida" com sua produção fazendo o lavrador suar de tanto trabalho, ou o milho que produz com muito "vicio", ou seja, produz de forma viciosa, sem descanso, sendo tão "grandes e bem povoadas espigas, o que não acontece em outros lugares", ou mesmo as outras produções agrícolas que não deixam nada a dever a nenhum outro lugar da província. Nesse discurso fica claro que a culpa da produtividade da colônia Pedro II não está em seu solo impróprio para a plantação de gêneros alimentícios, mas está na "ociosidade" dos colonos que não permitem a colônia crescer.

De certa forma, Cruz tem razão em defender que um dos fatores que possibilitaram o fim das colônias seria o estado de saúde de grande parte dos colonos, agravado pela distância que as mesmas tinham dos centros urbanos, no caso Belém e Macapá. Observe o relatório do capelão Estulano Alexandrino Gonçalves Baião sobre sua chegada a colônia, ao então presidente da província Doutor Fausto Augusto D'Aguiar.

> [...] por falta de barco para o meu transporte para o rio Araguari, até o dia quatro do corrente mês em que parti pelas dez horas da manhã para a colônia, onde cheguei no dia doze com parte da gente doente das febres dominantes em Macapá. Contando-se entre os doentes os mestres pedreiro e carpinteiro, este último, porém, já com alguma melhora.[17]

No documento acima é visível que tais doenças impediam as atividades produtivas da colônia, não se restringindo somente a produção agrícola ou pecuária, mas também a manutenção da colônia militar, já que os mestres pedreiros e carpinteiros doentes não poderiam construir ou reformar, a constituição física ficava dependendo da manutenção de leigos, o que de fato não ocorria, assim, a colônia ficava abandonada.

Neste documento percebe-se a grande dificuldade que a colônia enfrentava: o trânsito entre Pedro II e as cidades de Macapá e Belém. Devido a sua localização, o acesso a colônia Pedro II se tornava muito difícil, pois o ambiente não era muito favorável, principalmente nos períodos em que a região se tornava uma prisão natural. Na chegada de Joaquim Bezerra de Albuquerque à colônia militar, em 10 de março de 1852 (tendo saído de Belém em 8 de fevereiro do mesmo ano), ele descreve sua viagem desta forma:

> Dou parte a V. Exª que tendo partido dessa Capital a 8 de fevereiro último, cheguei em Macapá 19 e não tendo encontrado ali canoa da colônia tive de me demorar até 5 do corrente; e me emprestando o tenente Coronel da guarda nacional Procópio Antonio Rolla, uma canoa, parti daquela vila a 6 e aqui cheguei a 21 pelas 10 horas da noite, havendo alguma demora em

[17] APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 1, 15/07/1851.

> viagem com virtude das grandes marés, chuvas e a extraordinária e misteriosa arrebentação da pororoca na foz do rio Araguari, que não obstante o eminente perigo que se encara até a entrada de sua embocadura, depois de uma hora de viagem rio acima, o encanto de sua navegação compensa e faz perdoar todos os sustos e incômodos passados: ele está muito longe de comparação com o gigantesco e majestoso Amazonas, mas a mansidão de suas cristalinas águas, constante largura de mais de 140 braças e elegância de suas margens incitam uma navegação comercial e convidam habitantes a desfrutar as suas produtivas matas.[18]

Partindo no dia 8 de fevereiro o diretor da colônia Joaquim Bezerra de Albuquerque somente chegou no dia 21 de março, ou seja, quase dois meses, dependendo, além da natureza, como chuvas, marés e da pororoca existente no rio Araguari, essa viagem foi concluída devido ao Coronel da guarda nacional Procópio Antonia Rolla ter emprestado a canoa para concluir o trajeto restante, reforçando a ideia de região erma.

O diretor da colônia descreve também uma pomposa imagem do rio Araguari como um rio de largura de 140 braças e de grande capacidade de se estabelecer comércio e de produzir atividade agrícola, apesar de suas dificuldades de acesso, o que de certa maneira foi contornado posteriormente com a abertura de uma estrada, essa realizada pelo mesmo Procópio Antonio Rolla, citado no relatório, o que vale acrescentar que o coronel possuía exclusividade no comércio com a Colônia do Araguari, além de um sistema de correio estabelecido com Macapá e Belém.

A questão estratégica da colônia Militar Pedro II se faz por todos esses aspectos territoriais, a proposta militar de proteção e vigilância da fronteira com a Guiana Francesa, a proposta política de integração nacional dos sertões do Grão-Pará através da colonização de áreas inóspitas, a questão agrícola de abastecimento para cidades como Belém e Macapá. Pode-se estabelecer as relações de uns com os outros, estando os colonos responsáveis por todas essas obrigações.

FRONTEIRAS VISÍVEIS

Outro aspecto das imagens que gostaria de abordar são os vazios visualizados principalmente na imagem nº 2 demonstrando as terras "dominadas", que seriam "aráveis", pertencendo à colônia, enquanto a mata em volta marca seu limite. Esse vazio é o que Harley (2005) chama de "silêncio dos mapas", ou seja, uma "filtragem" das informações imagéticas, além de ser um estudo prévio de possibilidades de utilização do espaço. Para ele "os mapas

[18] APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 16, 25/03/1854.

invadem de maneira invisível a vida cotidiana", ou seja, os mapas além de determinarem limites e fronteiras das nações são também um estudo de potencialidades e um modo de "disciplinar o espaço". Segundo Bertrand:

> [...] a delimitação não deve nunca ser considerada como um fim em si, mas somente como um meio de aproximação em relação com a realidade geográfica, em lugar de impor categorias pré-estabelecidas, trata-se de pesquisar as descontinuidades objetivas da paisagem. (BETRAND, 1968)

Logo, esse "limite" não só estabelece a extensão da colônia Pedro II, mas apresenta a floresta como presente no cotidiano dos habitantes da região. Para Martinelli e Pedrotti (2001) "paisagem é o que vemos diante de nós (...) ela existe a partir do sujeito que apreende (...) como também em termos de seus interesses individuais". Assim, a paisagem deste tempo e espaço fronteiriço não só atingia o espaço "urbanizado", mas também toda a simbologia existente nas entrelinhas, como a morte e o além do limite "conquistado".

A linha desenhada como floresta nas imagens 2 e 3 representam o limite urbano da colônia militar, não havendo o que mostrar além das matas próximas, sendo estas a fronteira da colônia militar. Desta perspectiva, os limites espaciais da colônia, como normalmente da fronteira, tende a ser uma característica natural. Levbre (2000) nos apresenta essa perspectiva de fronteiras naturais em sua obra "O Reno", na qual um mesmo rio é, ao mesmo tempo, diversos rios quando está em territórios diferentes, ou seja, a colônia militar Pedro II é apenas uma faceta da fronteira norte do território do Cabo Norte, no século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa perspectiva do espaço ao redor como uma limitação construída, o entorno das construções e espaços de convívio social, existe uma área a ser conquistada e mantida, além de fornecer recursos para a sobrevivência da colônia, como madeira, palha, alimentos, rotas fluviais, relações comerciais, etc. A fronteira necessita de elos com o centro político, mas também necessita que os mesmos elos estejam ligados às pessoas da fronteira. Como do "sítio do cidadão João Manuel de Ferreira" que ficava a uma légua da colônia e servia como referência para a localização da colônia militar Pedro II.[19]

[19] *Treze de Maio*, Belém, 30 de maio de 1840, nº6, p. 22.

O espaço apresenta o rio como elo mais próximo, já que ao mesmo tempo ele limita a colônia militar Pedro II, o rio Araguari também é o meio de transporte mais viável com o resto do império brasileiro. As correspondências e pessoas que vinham ou voltavam através do rio e, muito provavelmente, de maneira furtiva, fugindo ou chegando.

Para Schama (1996), todo espaço natural ao entrar em contato com o homem deixa de ser intocado e passa a ser influenciado. E desta forma, um espaço por mais ermo e distante dos núcleos urbanos, ainda sim, é um espaço transformado em e nunca volta a ser "imaculado".

FONTES DOCUMENTAIS

APEP, FSPP, OCM, caixa 56, documento 79, 29/09/1840.

APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 1, 15/07/1851.

APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 16, 25/03/1854.

APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. 16/03/1852.

APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (15/06/1851).

APEP SPP. Caixa 347. Ano: 1875. (14/05/1875).

APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (01/04/1854).

APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (13/12/1853).

APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (25/03/1854).

APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855, 01/01/1855.

Treze de Maio. Belém, 30 de maio de 1840, p. 22.

Treze de Maio. Belém, 3 de junho de 1840, nº7 p. 27.

Treze de Maio, Belém, 30 de maio de 1840, nº6, p. 22.

Treze de Maio. Belém, 8 de abril de 1854, p. 2.

FONTES ICONOGRÁFICA

Figura 1. APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (31/12/1854) Nº 1, p. 39.

Figura 2. APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (31/12/1854) Nº 1 (recorte do autor), p. 40.

Figura 3. APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (01/01/1855) Nº 3, p. 43.

Figura 4. APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (01/01/1855) Nº 3 (recorte do autor), p. 46.

Figura 5. APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (01/01/1855) N º 2, p. 48.

Figura 6. APEP SPP. Caixa 159. Ano: 1851-1855. (01/01/1855) Nº 2 (recorte do autor), p. 50.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Manoel Teixeira. "Regularização de assentamentos urbanos e sustentabilidade". *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v.15, n.17, 2º sem. Belo Horizonte, 2008.

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *Os Braços da (des)ordem: Indisciplina militar na Província do Grão-Pará (meados do XIX)*. Niterói, UFF (dissertação de mestrado), 2004.

BETRAND, G. "Paysage et geógraphie physique globale, Esquisse methodologique". In: *Geógraphique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, Toulouse, 39 (3), 249-272, 1968.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidades e urbanismo. Uma possível análise historiográfica. In: *POLITEIA*: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p. 21-50, 2009.

CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.

FEBVRE, Lucien. *O Reno: História, Mitos e Realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. "O progresso a vapor:navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX". *Nova Economia*, Belo Horizonte Vol. 19 (1) janeiro-abril de 2009.

HARLEY, Brian. *La nueva natureza de los mapas: Ensayos sobre La hitoria* de La cartografia. México: Fondo de cultura econômica, 2005.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MACIEL, Caio Amorim. "Morfologia da Paisagem e Imaginário Geográfico: Uma Encruzilhada Onto-Gnoseológica". In: *GEOgraphia*, Vol. 3, No 6, Rio de Janeiro 2001

MARTINELLI, M & PEDROTTI, M. "A cartografia nas unidades de paisagem". In: *Revista do departamento de Geografia*, v.14, 2001.

RAVENA, Nirvia. "O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas Circunvizinhas." In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (org.). *A escrita da História paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: companhia das letras, 1996.

THOMAS, Keith. *O homem e mundo natural*; mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Recebido em: 28/09/2017
Aprovado em: 16/11/2017